

PSICOLOGIA EMPÍRICA, ANTROPOLOGIA E METAFÍSICA DOS COSTUMES EM KANT

MARIA DE LOURDES BORGES

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/CNPQ
Departamento de Filosofia
Caixa Postal 476 – Trindade
CEP 88040-900 – Florianópolis-SC

mariaborges@yahoo.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo explorar a relação entre psicologia empírica, antropologia e metafísica moral em Kant. Há lugar para a psicologia empírica e para a antropologia na filosofia moral kantiana? Se esta é fundamentada em princípios a priori, qual a validade, para além da mera curiosidade do erudito, do conhecimento das peculiaridades empíricas do ser humano? A segunda questão refere-se à relação que Kant estabelece entre psicologia empírica e antropologia e como ambas se relacionam com a filosofia moral. Vou tentar mostrar que esta relação passa por três momentos na obra kantiana: um primeiro momento, no qual Kant ensina psicologia empírica como parte da metafísica, seguindo o texto de Baumgarten, um segundo momento, cuja referência é a *Fundamentação*, corroborada pelas anotações de Mrongovius, onde a psicologia empírica e a antropologia são alheias à investigação do filósofo, e um terceiro, exemplificado pela *Antropologia do Ponto de Vista Pragmático* e pela *Metafísica dos Costumes*, onde uma concepção de natureza humana faz parte de uma metafísica da moral.

1) QUAL A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO SOBRE A PSICOLOGIA EMPÍRICA NUMA TEORIA MORAL A PRIORI?¹

Qual o papel de um conhecimento empírico para uma teoria *a priori*? Se colocarmos a questão nestes termos, a resposta seria fácil: nenhum. Contudo, uma teoria moral, ainda que possa obter seu princípio moral supremo sem considerações sobre a natureza humana, não pode deixar de indagar sobre a aplicabilidade destes princípios aos seres racionais sensíveis. O objeto do que podemos chamar de psicologia empírica é a natureza empírica do homem. Tal objeto é tratado por Kant com especial ênfase na *Antropologia* e nas *Lições sobre Metafísica*. Sem dúvida, a descrição empírica das faculdades do ser humano não faz

¹ Gostaria de agradecer a Zeljko Loparic, Robert Louden, Ricardo Terra e José Heck pelos comentários e críticas às várias versões deste texto.

parte da determinação dos princípios *a priori* da moralidade, assim como as leis particulares da natureza não nos fornecem conceitos *a priori*. Porém, da mesma forma como a física, o estudo empírico das leis da natureza, deve concordar com o conhecimento *a priori* obtido na *Crítica da Razão Pura*, a ciência empírica do homem deve mostrar o mesmo no que toca à lei da moralidade obtida na *Fundamentação* e na *Crítica da Razão Prática*.

A relação entre a metafísica moral e a filosofia empírica kantiana poderia ser enunciada em duas teses, uma mais forte, outra mais fraca. A tese forte defenderia que o conteúdo da filosofia moral se prestasse a verificação empírica, a tese fraca sustentaria que, ao menos, elas não fossem contraditórias. Kant, em várias passagens, opõe-se frontalmente a tese forte. Na *Fundamentação*, ele nos alerta sobre o prejuízo causado por aqueles que pretendem extrair a moralidade da experiência: “Se até agora” — Kant ressalta, referindo-se ao método da primeira seção da *Fundamentação* — “retiramos nosso conceito de dever do uso comum da nossa razão prática, não deve ser inferido, de forma alguma, que o tratamos como um conceito da experiência” (G, 4: 406).² De fato, alerta o filósofo, “não se pode dar pior conselho à moralidade do que querer derivá-la de exemplos” (G, 4: 408).

Além disso, a obra kantiana é repleta de referências à impossibilidade de determinarmos a moralidade das ações, visto que não temos acesso aos motivos e aos móveis alheios. A mera observação das ações não nos dará acesso à moralidade destas: o merceiro pode não aumentar o preço por dever ou interesse egoísta, assim como o filantropo pode ajudar os necessitados por compaixão e não por respeito à lei. Não só a intenção alheia é opaca, nós não temos, aos moldes cartesianos, um acesso indubitável ao nosso eu e à sua motivação. Kant recomenda, nas aulas de Antropologia, usando a expressão de seu amigo Hamman, “a árdua descida ao inferno do auto conhecimento” (VAnt, 25:7). Tal processo é benéfico para o aperfeiçoamento moral do indivíduo; entretanto, o fantasma do auto-engano estará sempre presente a esconder nossas intenções de nós mesmos. Nem se deve, nos é advertido, tentar exaustivamente esta forma de auto-observação; além de inútil, ela pode ser perniciosa para a saúde: “todos os auto-observadores caem na mais sombria hipocondria” (VAnt, 25: 863). A opacidade intencional deriva da impossibilidade de termos acesso pleno ao nosso eu empírico. Esta é uma das razões, segundo Allen Wood, da necessidade de uma teoria sobre o eu noumenal em Kant: “as conjecturas kantianas sobre liberdade noumenal são possíveis apenas porque nós não podemos nunca ter conhecimento empírico satisfatório sobre a mente. Se nós tivéssemos acesso confiável às causas do nosso comportamento, então seria indefensável sustentar que

² Usaremos as seguintes abreviações: G para a *Fundamentação*, KpV para a *Crítica da Razão Prática*, KrV para a *Crítica da Razão Pura*, MS para a *Metafísica dos Costumes*, ML1 para as *Lições de Metafísica LI*, VAnt para as *Lições de Antropologia* e Ant para a *Antropologia do ponto de vista pragmático*. Os números referem-se ao tomo da edição da Academia, seguido de página, com exceção da *Crítica da Razão Pura*, citada conforme a primeira edição (A) ou segunda (B).

as causas reais são diferentes destas e transcendem toda experiência”.³ A posição de Wood é interessante por mostrar que um dos sentidos de falarmos sobre um Eu noumenal é exatamente não podermos ter acesso ao nosso eu empírico e suas motivações.

Se não podemos ter uma prova da moralidade através da investigação empírica, restamos a tese fraca, a investigação empírica sobre o homem não poderia estar em contradição com a filosofia moral. As inclinações, emoções e paixões humanas, em suma, aquilo que diferencia o ser racional sensível de uma vontade divina, não se poderia constituir em obstáculo à moralidade.

Entre a investigação propriamente empírica do ser humano, suas peculiaridades, inclinações e tendências, e o princípio supremo da moralidade, há o que poderíamos chamar de princípios de aplicação. Assim como temos princípios de aplicação dos princípios a priori da experiência a objetos da experiência, nós deveríamos ter um análogo numa ciência dos princípios de aplicação da moralidade.

Num interessante texto de Paton sobre amizade⁴, originalmente de 56, portanto muito antes da publicação das *Vorlesungen über Anthropologie* e dos comentários sobre estas anotações de alunos, esse tradicional comentador já atentava para a importância da antropologia em Kant. Ele ressalta que Kant deu aulas sobre a Antropologia por 30 anos e que considerava esta como sendo uma incumbência importante da sua tarefa como professor de filosofia pura. Lembra ainda que o filósofo considerava as aulas sobre antropologia e geografia física como importantes para o conhecimento do mundo e da natureza humana, sem o qual o dever prescrito pela razão não pode ser colocado em prática. Contudo, ressalta Paton, Kant distinguia três níveis: o nível dos princípios morais, dos princípios de aplicação e a psicologia propriamente dita: “pensar sobre princípios morais últimos deve, tal como Kant sempre insistiu, ser claramente distinto de pensar sobre sua aplicação com o auxílio da psicologia e ambos devem ser distintos do estudo da própria psicologia. Para ser abrangente, não é necessário ser confuso”⁵.

Ainda que possamos concordar com Paton sobre a necessidade, reiterada por Kant, de distinguir estes três níveis, Kant nem sempre foi claro sobre isso. A identidade ou não da psicologia e antropologia, o lugar da antropologia no sistema e mesmo a concepção tardia de um antropologia pragmática mostra que a distinção destes níveis não é tão precisa na obra kantiana. Nosso propósito agora será rastrear alguns momentos desta, a fim de mostrar estes deslocamentos de *locus* e sentido.

³ WOOD, Allen, ‘Practical Anthropology’, *Akten des IX Internationalen Kant-Kongresses*, Berlin, W. de Gruyter, tomo IV, 2001, pp. 469.

⁴ PATON, H. J., ‘Kant on Friendship’, Neera Badwar (org.), *Friendship, a Philosophical Reader*, Cornell, Cornell University Press, 1993, pp.133-173.

⁵ *Ibid.*, p. 147.

2) LIÇÕES SOBRE METAFÍSICA: O REFÚGIO PROVISÓRIO DA PSICOLOGIA EMPÍRICA

Nas aulas sobre Metafísica ministradas nos meados dos anos 70, Kant, seguindo Baumgarten, expõe, como parte do seu curso, as doutrinas da psicologia racional e psicologia empírica. Nas anotações dos alunos agrupadas como *Metaphysik L1*, nos é exposta a analogia que a física mantém com a psicologia. Ambas fazem parte do que é chamado de fisiologia, compreendida como o conhecimento do objeto dos sentidos. A soma de todos os objetos dos sentidos é a natureza, logo, fisiologia é o conhecimento da natureza. A fisiologia pode ser empírica ou racional: ‘Fisiologia empírica é o conhecimento dos objetos dos sentidos, na medida em que são obtidos a partir dos princípios da experiência; fisiologia racional é o conhecimento dos objetos, na medida em que é obtido, não da experiência, mas de um conceito da razão’ (ML1, 28:221). Aqui Kant esclarece que a divisão entre empírico e racional refere-se apenas à forma do conhecimento, não ao seu objeto:

O objeto é sempre um objeto dos sentidos e da experiência, apenas seu conhecimento pode ser obtido através dos conceitos puros da razão, por esta razão a fisiologia é distinta da filosofia transcendental, na qual o objeto não é retirado da experiência, mas da razão pura. (ML1, 28: 222)

Um exemplo do que seria fisiologia racional (*physiologia rationalis*) é dado pelo estudo da doutrina do movimento através do conceito de corpo: um corpo é infinitamente divisível, uma quantidade de matéria pertence a ele, a matéria ocupa espaço, a matéria possui uma inércia, logo ela só pode mover-se através de um poder exterior. Aqui nós compreendemos um objeto dos sentidos, o movimento dos corpos, através de um conceito, o conceito de corpo. Outras propriedades dos corpos seriam estudadas pela fisiologia empírica (*physiologia empirica*): os corpos atraem uns aos outros, são pesados etc.

A classificação da fisiologia pode ser feita segundo a forma (racional e empírica) e também segundo o objeto ou a matéria. Temos, então, a divisão segundo os objetos do sentido externo e do sentido interno: a fisiologia do sentido externo é a física; do sentido interno, a psicologia. Ambas são, por sua vez, desdobradas numa parte racional e outra empírica.

A metafísica é defendida como ciência da razão pura; logo, nem a física empírica, nem a psicologia empírica devem ter lugar aí. Contudo a psicologia empírica é tratada dentro da metafísica. Qual a razão disto? Kant responde:

A razão pela qual psicologia empírica <psychologia empirica> foi colocada na Metafísica é claramente a seguinte: ninguém nunca soube realmente o que é metafísica, ainda que ela tenha sido exposta por tanto tempo. Não se sabia como determinar seus limites, logo se coloca aí muito do que não realmente lhe pertencia (...) A segunda causa foi claramente a seguinte: a doutrina da experiência das aparências da alma não chegou a nenhum sistema que pudesse constituir uma disciplina acadêmica separada. (ML1, 28: 223)

Havia, portanto, um costume de colocar a psicologia empírica dentro do estudo da metafísica, que se devia à indefinição dos limites desta, bem como ao estado ainda incipiente daquela enquanto doutrina completa. Kant prevê, contudo, que ‘com o tempo, haverá expedições para conhecer os seres humanos, assim como foi realizado para se familiarizar com as plantas e animais’.(28: 224) Se a psicologia empírica, portanto, tem um lugar na Metafísica, este é provisório e deve-se à imprecisão do termo Metafísica e ao fato da psicologia não ter-se desenvolvido ainda como ciência.

Um dos conceitos centrais da psicologia empírica é o conceito de eu: ‘O substrato <substratum> que informa e expressa o conceito de sentido interno é o conceito de eu, o qual é meramente um conceito da psicologia empírica’ (ML1, 28:224). A análise deste conceito é feita através da análise das faculdades. Eu me sinto, eu intuo a mim mesmo, como passivo ou ativo: o que pertence à minha faculdade enquanto eu sou passivo pertence à minha faculdade inferior; o que lhe pertence enquanto eu sou ativo pertence à minha faculdade superior. Temos três faculdades, de acordo com as três coisas que pertencem ao meu Eu: representações, desejos (apetites) e prazer e desprazer. O Eu é composto, portanto, de três faculdades (cognitiva, de desejar e de prazer e desprazer), cada uma dividindo-se em inferior e superior. Através da faculdade cognitiva inferior, temos representações dos objetos que nos afetam; a faculdade cognitiva superior é o poder de termos representações a partir de nós mesmos. A faculdade de desejar inferior é o poder que temos de desejar objetos que nos afetam; a superior é o poder de desejar algo por nós mesmos, independente de afecção de objetos. Analogamente, a faculdade de prazer e desprazer inferior é a capacidade de sentir satisfação (*Wohlgefallen, complacentia*) ou não-satisfação pelos objetos que nos afetam. As faculdades inferiores têm como condição a afecção por objetos, as faculdades superiores tem como característica, ao contrário, exatamente a independência desta afecção.

Em relação a esta exposição, é interessante fazer algumas observações. Primeiramente, o que se poderia denominar, de modo geral, de uma doutrina das faculdades é, no contexto destas *Lições*, tratado como psicologia empírica. A esta se opõe uma psicologia racional, que trata da substancialidade, imortalidade e interação da alma com outras substâncias. Em segundo lugar, cabe salientar que a filosofia crítica vai abalar os pilares, não da psicologia empírica, mas da psicologia racional. O que é refutado na *Crítica da Razão pura*, principalmente nos paralogismos, é a substancialidade da alma e o que a acompanha: simplicidade e unicidade. A filosofia crítica é a refutação da tentativa de conhecer objetos do sentido interno através de conceitos (de substância, de uno etc), não a tentativa de conhecer os objetos do sentido interno através da experiência. A concepção de eu transcendental é contrária ao eu substancializado da psicologia racional, mas não é incompatível com o estudo do eu empírico, enquanto objeto do sentido interno. Isso explicaria, talvez, porque a psicologia empírica é tolerada e até mesmo acolhida.

É mister atentar para o fato de que a *Crítica da Razão Pura*, que pretende destruir as bases da psicologia racional, reduzindo-a a uma lógica da ilusão, ainda concede um abrigo temporário à psicologia empírica:

Todavia, de acordo com o uso da escolástica, devemos conceder ainda a ela... um pequeno espaço na metafísica, (mas somente como episódio), e isto por motivos de economia, porque ainda não é tão rica para constituir isoladamente um estudo e todavia é demasiado importante para que se possa repelir inteiramente ou ligá-la a outra matéria, com a qual tivesse ainda menos parentesco do que com a metafísica. É, portanto, simplesmente um estranho, ao qual se concede um domicílio temporário até que lhe seja possível estabelecer morada própria numa antropologia pormenorizada (que seria o análogo da física empírica). (B876/7)

3) FUNDAMENTAÇÃO: SEPARAÇÃO RADICAL ENTRE ANTROPOLOGIA PRÁTICA E METAFÍSICA MORAL

Na Introdução à *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, somos confrontados com uma nítida separação entre metafísica e psicologia empírica. A ética se divide em uma metafísica dos costumes e uma antropologia prática. Após introduzir as três ciências básicas desde os gregos (física, ética e lógica), Kant afirma que as duas primeiras tratam de objetos, enquanto a segunda é formal. Temos uma ciência das leis da natureza e outra das leis da liberdade, que admitem uma parte pura e uma parte empírica. A física possui uma parte empírica, mas também uma parte racional, metafísica da natureza, o mesmo acontecendo com a ética, cuja parte empírica denomina-se **antropologia prática** e a parte pura, **metafísica dos costumes** (G, 4:388; grifo meu).

Esta nos dá a lei segundo a qual tudo deve acontecer, enquanto aquela nos fornece informações sobre a natureza humana, cuja obtenção deve estar a cargo de um outro profissional, não um filósofo, o qual deve procurar apenas os primeiros princípios.

Duas observações fazem-se necessárias aqui. Primeiro, o domínio empírico, neste texto de 85, não se refere a uma psicologia empírica, tal como nas *Lições de Metafísica* de meados dos anos 70. Isto não significa que a psicologia empírica foi banida do domínio da filosofia moral, mas que foi incorporada à antropologia prática. Uma das provas dessa incorporação é a afirmação contida na *Crítica da Razão Pura* sobre o destino provável de uma psicologia empírica, tão logo pudesse abandonar seu refúgio provisório: ‘Ela (a psicologia empírica) é apenas uma estrangeira há muita aceita, a qual se garante refúgio até que ela possa ser aceita numa antropologia completa...’ (KrV, A 849, B 877). Se compararmos os diferentes conjuntos de notas das *Lições sobre Antropologia*, podemos ver a mesma diferença⁶: nas *Lições da Antropologia* de 72/73 (Ant, 25:8), há uma sinonímia

⁶ Esta incorporação foi mostrada por Allen Wood, *op. cit.* p. 464.

entre antropologia e psicologia empírica; nas *Lições de Antropologia* de 80 (Ant, 25: 243) e na *Crítica da Razão Pura*, a psicologia empírica é parte de uma antropologia e lida com o sentido interno.

A divisão da filosofia em uma parte pura e outra empírica é relatada também nas anotações de Mrongovius de 1785, ano de publicação da *Fundamentação*:

A metafísica dos costumes ou *metaphysica pura* é apenas a primeira parte da moral- a segunda parte é *philosophia moralis applicata*, antropologia moral, a qual pertencem os princípios empíricos. É exatamente como na metafísica e na física. A moral não pode ser construída sob princípios empíricos, pois isto acarreta uma necessidade, não absoluta, mas condicional. (...) *Moralia pura* é baseada em leis necessárias e portanto, não pode ser fundada sobre a constituição particular do ser humano. A constituição particular do ser humano, e as leis nela baseadas, tornam-se importantes na Antropologia moral, sob o nome de ética. (*Moral Mrongovius*, II, 29:599)

Contudo, conforme nos alerta Allen Wood⁷, Kant não sabia ainda, na época da publicação da *Fundamentação*, como seria sua *Metafísica dos Costumes*, nem uma antropologia prática. A *Fundamentação* ainda não é a *Metafísica dos Costumes* e o projeto desta como absolutamente separada de tudo que é empírico ainda é algo a ser construído. A *Fundamentação* trata da obtenção do princípio da moralidade, a saber, o imperativo categórico. Ainda que utilizando exemplos nos quais aparecem alguns elementos relativos à natureza humana, pode-se afirmar que o procedimento de obtenção do imperativo categórico faz-se sem uma substantiva contribuição destes elementos. Se a obtenção do que se deve fazer é obtida sem elementos empíricos, em nenhum lugar Kant afirma que a filosofia moral não engloba uma parte empírica. Ao contrário, a filosofia moral é a metafísica moral somada a uma antropologia prática.

4) METAFÍSICA DOS COSTUMES: PRINCÍPIOS DE APLICAÇÃO

Se, nos anos 70, o discurso sobre a psicologia empírica encontrava um abrigo, ainda que provisório, na metafísica, se, a partir da *Fundamentação* (1785), se institui a nítida separação entre um domínio *a priori* e um domínio empírico da filosofia moral, a *Metafísica dos Costumes* (1797) nos brinda com um panorama um pouco mais complexo do que o refúgio provisório ou a separação radical. Vejamos a introdução desta:

Da mesma forma que devem existir princípios numa metafísica da natureza para aplicação daqueles mais altos princípios da natureza em geral a objetos da experiência, uma metafísica dos costumes não pode dispensar princípios de aplicação, e nós devemos freqüentemente tomar como objeto a natureza particular dos seres humanos, a

⁷ *Ibid.*, p. 458.

qual é conhecida pela experiência, a fim de mostrar nela o que pode ser inferida de princípios morais universais (...) uma metafísica dos costumes não pode ser baseada numa antropologia, mas pode ser aplicada a ela. (MS, 6:217)

Aqui há claramente uma analogia entre uma metafísica moral e uma metafísica da natureza: ambas trazem consigo princípios de aplicação a objetos particulares. No caso da metafísica moral, esse objeto particular é a natureza humana. Os primeiros princípios de uma metafísica moral não podem estar baseados numa antropologia, mas devem poder ser aplicados a esta. Kant parece responder implicitamente à crítica posterior endereçada a ele sobre a inefetividade de sua teoria prática: ele realmente não tinha a intenção de criar princípios que não pudessem ser aplicados à natureza humana, apenas a fonte do princípio deve ser a razão. A aplicação do princípio ao ser humano, a fim de determinar, por exemplo, deveres particulares de virtude, necessitam do exame de algumas particularidades da natureza humana. A determinação destas particularidades moralmente relevantes da natureza humana vão nos dizer se a lei moral poderá ser eficaz ou não. “O complemento de uma metafísica dos costumes, o outro membro da divisão da filosofia prática como um todo”, afirma Kant, “seria a **antropologia moral**, a qual, todavia, trataria apenas das condições subjetivas da natureza humana que atrapalham ou ajudam as pessoas a cumprir as leis da metafísica dos costumes” (MS, 6: 217; grifo meu).

5) A NOÇÃO DE ANTROPOLOGIA PRAGMÁTICA

A Antropologia publicada em 98 expõe o conhecimento da natureza humana de forma distinta de uma antropologia prática ou de uma mera psicologia empírica. É o que Kant chama de antropologia pragmática. O conhecimento do homem pode ser dado a partir de um ponto de vista pragmático ou fisiológico. “Conhecimento fisiológico do homem visa à investigação do que a natureza faz do homem, enquanto o conhecimento pragmático do homem visa ao que o homem faz, pode ou deve fazer de si como um ser que age livremente.”

Além de um conhecimento do homem no exercício de sua liberdade, ela é também um conhecimento do mundo (*Weltkenntnis*), enquanto contém conhecimento das coisas do mundo: dos animais, plantas, minerais de vários lugares. Além disso, ela incorpora o conhecimento do homem enquanto cidadão do mundo. Tal conhecimento pode ser adquirido através de viagens ou mesmo de livros de viagens. Até mesmo a literatura pode ser uma boa fonte de conhecimento do homem enquanto cidadão do mundo: personagens de Richardson e Molière são modelos de compreensão da natureza humana, ainda que seus traços possam ser aumentados. Contudo, em que pesem todas essas observações, o conteúdo da *Antropologia* publicada não difere em grandes linhas do conteúdo da

psicologia empírica apresentada nas *Lições de Metafísica* dos anos 70, somado aos temas já tratados nas *Observações sobre o Belo e o Sublime* dos anos 60. A primeira nos daria a didática da *Antropologia*, se ocupando do tratamento das três faculdades, consideradas na sua subdivisão entre faculdade inferior e superior.

Os comentários sobre raça e sexos ocupam a segunda parte, chamada de característica. Kant abandona aqui o estilo escolástico e tenta imitar os modos dos salões tão em voga. Tenta falar sobre o estilo correto de receber, assuntos que devem ser evitados, número de pessoas ideal à mesa; arrisca algumas tiradas espirituosas sobre os temperamentos dos sexos e as características das raças. Mas além desta tentativa de ser um filósofo *aggiornato*, o restante do texto não apresenta diferenças muito significativas em relação ao exposto nas aulas de Metafísica e no texto *Observações sobre o belo e o sublime*.

Concluindo este ponto, eu não nego que haja uma visão mais elaborada do que seja a *Antropologia* pragmática na introdução desta obra, o que a torna mais do que a simples doutrina da aparência do sentido interno. A idéia da construção através da liberdade, o apelo ao *Weltkenntnis* são inovadores comparados com os anos 70 e 60. Poder-se-ia dizer que este prefácio é refeito, tendo em vista os avanços e desenvolvimento da filosofia crítica, onde a concepção de eu transcendental transforma o discurso sobre as faculdades. Meu ponto é que o corpo do texto não faz jus a nova compreensão de antropologia esboçada no prefácio, visto que retoma, sem muitas novidades, a descrição das três faculdades já feita nas *Lições de Metafísica*, bem como as características antropológicas das raças e sexos já esboçadas nas *Observações*.

A *Antropologia* publicada, no que toca ao conteúdo já exposto nas *Lições de Metafísica de 70*, o reveste, é verdade, de uma roupagem ornada de comentários interessantes. Alguns são bastante curiosos. No livro sobre a faculdade de desejar, ao falar das emoções que fazem bem à saúde, Kant nos diz, por exemplo, que o choro acompanhado de um soluçar convulsivo e derramar de lágrimas é um bom remédio para a saúde. Assim, uma viúva que não se deixa consolar, que não quer saber como secar suas lágrimas, sem perceber, está cuidando de sua saúde (Ant, 5:263). Em outra passagem, referente ao riso, ele aconselha que as crianças, principalmente as meninas, sejam acostumadas a sorrisos largos e francos, porque a alegria expressa nos seus traços faciais irá gradualmente imprimir no seu eu interior uma disposição à alegria e sociabilidade (Ant, 7:265). Outro comentário curioso e talvez bastante inovador quando ao sexo feminino: ele admite a *coqueterie*, ou seja, o flerte social de uma mulher casada com outros homens, visto que uma jovem esposa sempre corre o risco de ficar viúva, o que faz com que ela distribua seus charmes aqueles que seriam possíveis pretendentes caso isso ocorresse (Ant, 7: 219).

Alguns outros comentários são bastante ilustrativos sobre a sociabilidade da época. Tal é o caso das regras que devem ser seguidas numa recepção. Para uma boa recepção, os

convidados devem ser no mínimo de três e no máximo de dez pessoas, a conversação durante o jantar deve seguir três estágios: narração, argumentação e gracejos. Este terceiro estágio é apropriado, visto que os convidados já comeram em demasia e a argumentação exige muita energia, não mais disponível, devido às exigências da digestão.

6) CONCLUSÃO

Meu texto pretendeu mostrar as várias fases pelas quais passaram a definição de psicologia empírica e antropologia. Conforme pudemos ver, a psicologia empírica, ministrada nas aulas de metafísica não é destituída de sentido pelo advento da filosofia crítica. Ela é absorvida no que Kant chama de Antropologia, a qual recebe os adjetivos de moral, prática ou pragmática. Logo, seu conteúdo, tal como o conteúdo relativo aos princípios puros da moralidade, são ambos parte de uma filosofia prática. Assim como a experiência não nos pode dar princípios da moralidade, estes, sem o conhecimento da natureza humana, seriam ineficazes.

O que não fica claro no sistema kantiano é qual é realmente o complemento de uma metafísica moral, ou seja, qual a amplitude de uma antropologia prática. Seria esta composta apenas daquilo que foi denominado de antropologia pragmática, que incorpora os temas tratados na psicologia empírica das *Lições de Metafísica*, bem como os comentários sobre sexos e raças já presentes nas *Observações*? Uma resposta possível seria que não há um texto específico sobre este complemento da metafísica dos costumes, ela englobaria, tanto os temas tratados na *Antropologia* publicada, quanto os da *Religião* e da própria *Metafísica dos Costumes*, abarcando os conteúdos sobre a natureza humana que aparecem na *Doutrina das virtudes*, bem como na *Doutrina do Direito*. Todos estes textos tratam, de forma não exaustiva, daquilo que parece ser o objeto da aplicação de uma metafísica moral: a antropologia prática, ou seja, a doutrina da natureza humana.